

Boletim

A revista do Sistema

INFORMATIVO



Mala Direta
Postal
9912271704-DR/PR
SENAR
CORREIOS

SISTEMA FAEP



Ano XXVI | nº 1184

23 a 29 de julho de 2012

Tiragem desta edição: 24.000 exemplares



Encontro Estadual das Comissões Técnicas e Lideranças Sindicais do Sistema FAEP

Fernando Santos



28 de julho - O Dia do Agricultor

Ágide faz a rad

O pronunciamento do presidente da FAEP

2 **Comissões da FAEP**
A radiografia da agropecuária

10 **Leite**
Um Plano Estratégico

15 **Cereais e Café**
Seus problemas e soluções

16 **Bovinocultura de Corte**
O plano de voo para a boiada

19 **Juros**
FAEP pede redução

20 **Código Florestal**
O relatório da Comissão

23 **28 de julho**
O Dia do Agricultor

24 **Conseleite**
A Resolução

25 **Legislação**
A Casa em Ordem



26 **Via Rápida**
Atchimk, ENEM, Freiras,
Chocolate, Formigão, Joaninhas,
Rui Barbosa e etc

28 **Cursos**
Posse, Inclusão Digital,
Mulher Atual, Colhedoras,
Des. Comportamental e etc

31 **Notas**



Fernando Santos

O mundo vive uma grave e profunda crise e nós não poderíamos estar isento de suas repercussões. O Paraná é um Estado exportador de produtos e derivados da agropecuária, cujos preços são formados no mercado internacional e cujas negociações – internas e externas – dependem de seus humores.

Não é por outro motivo nossa preocupação quanto ao futuro imediato de nossa produção. Mostra a história, que toda a crise sempre tem um fim e ao fim dela sempre corresponde a inovações e a novos patamares de mercado.

Significa que talvez venhamos a penar por algum tempo até que no exterior tudo se normalize e possamos tirar proveito das novas oportunidades. Na esperança também que as nossas mazelas sejam igualmente superadas e que não venhamos a cometer os mesmos erros que Europa e Estados Unidos cometeram, comprometendo a saúde de suas economias e criando problemas para suas sociedades.

Esse encontro trata muito de soluções para nossos proble-

Biografia da agropecuária



mas, problemas nacionais e paranaenses. Não de todos, é claro, mas de alguns deles importantes, com a questão da sanidade agropecuária, objeto de palestra do primeiro presidente da Agência de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (Adapar), o médico veterinário Inácio Kroetz, que vai falar sobre esta nova agência de defesa sanitária, destinada a dar suporte à melhoria da qualidade de nossa produção agrícola e pecuária.

O Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), José Carlos Vaz, aceitou nosso convite para falar sobre o Plano Agrícola para a próxima safra. Quais as regras, o volume de

recursos e o seu custo para financiamento da safra que será plantada a partir do próximo mês. E que é, a meu ver, um avanço e um indício de que o governo federal paulatinamente se conscientiza da importância do setor para a economia brasileira. Quero inclusive cumprimentar o ministro Mendes Ribeiro e a chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, porque pela primeira vez, desde que estou na FAEP, temos um plano adequado para nosso setor.

Projeto Jamaica e seguro agrícola

Uma das questões mais intrincadas e que repercute diretamente nos preços de nossos produtos é o custo do transporte até o porto

FAEP reúne suas Comissões Técnicas, debate as principais questões da agropecuária e mostra trabalhos sobre sanidade, seguro agrícola e os gargalos no transporte.

Quando convidei o governador Beto Richa para esta reunião ele manifestou o desejo de participar de todo o evento. Mas se não fosse possível, pelo menos a discussão sobre o seguro era o assunto que ele não gostaria de perder. E ele nos honra com sua presença.

de Paranaguá. Especialmente as tarifas ferroviárias que deveriam reduzir os preços de fretes mas ao contrário não o fazem.

O projeto Jamaica, que está sendo elaborado pela equipe da Esalq-Log, da Escola Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo, vem demonstrando a incoerência das tarifas. A economista Priscila Biancarelli Nunes conta o que já foi apurado pela equipe da qual ela é uma das líderes.

Um quarto assunto é o seguro agrícola. A FAEP, juntamente com a CNA e com seguradoras Fenseg, grupo BBmapfre e a resseguradora Munich-RE contrataram o escritório Mendonça de Barros para fazer um estudo sobre o impacto do seguro agrícola na economia brasileira. Como sabem, os produtores rurais do Paraná são os maiores contratadores de seguro, razão pela qual os efeitos da seca que dizimou boa parte da última safra de verão foram minorados no Paraná, não em volume de produção, mas em prejuízo para os produtores.

O seguro rural tem estado na agenda da FAEP há anos. Embora com promessas, ele avança devagar. Justamente para acelerar o seu processo no governo federal, com a previsão de recursos orçamentários firmes, sem contingenciamento e em valores adequados é que esse estudo foi encomendado e exposto pelo economista Alexandre Mendonça de Barros. É tão importante que o próprio Governo do Paraná tem seu fundo de apoio ao seguro, como mostra o nosso secretário da Agricultura, Norberto Ortigara.

Quando convidei o governador Beto Richa para esta reunião ele manifestou o desejo de participar de todo o evento. Mas se não



Fernando Santos

fosse possível, pelo menos a discussão sobre o seguro era o assunto que ele não gostaria de perder. E ele nos honra com sua presença.

Comissões Técnicas

Acho que esta é uma pauta e tanto para a instalação das Comissões Técnicas da FAEP porque, direta ou indiretamente, na totalidade ou em parte, os assuntos passam por todas elas.

Quero reafirmar que as Comissões Técnicas nos dão rumo para decisões importantes em política agrícola e embasam nossas posições. Por isso são indispensáveis numa gestão democrática e ampla, porque são os senhores que vivenciam os problemas na produção e, por esta razão, têm conhecimento de causa.

Para esta gestão introduzimos algumas modificações. Uma delas foi retornar a Comissão de Meio Ambiente à sua condição anterior, para obter uma participação maior dos representantes de nossos sindicatos. Ocorre que a partir da aprovação definitiva do Código Florestal – que deve se dar lá por



outubro ou novembro – a legislação estadual terá que ser alterada e nós vamos ter que participar diretamente na sua elaboração para que ela não saia dos trilhos, como ocorreu com o antigo Código Florestal, essa excrescência que finalmente foi eliminada

Adapar

Como verão na exposição do Médico-veterinário Inácio Kroetz, o Paraná entra numa nova e promissora fase na sanidade animal e vegetal, com a criação da Adapar.

A FAEP tem muito a ver com isso e foi uma defensora do projeto. Desde o final do século passado que nós estamos batendo com insistência nesta tecla da sanidade como forma de valorizar a nossa produção.

Mas a iniciativa privada, isto é, nós produtores e a indústria de derivados da agropecuária, precisa apoiar diretamente as ações do Estado. Afinal os maiores interessados somos nós. Esta a razão dos Conselhos de Sanidade Municipais e Intermunicipais, os CSAs, que a maioria dos senhores conhece e dos quais provavelmente fazem parte.

Foi por esta razão que criamos a Comissão Técnica da Sanidade Agropecuária, que terá status especial e somente será convocada em condições de emergência, quando for necessária uma mobilização em casos excepcionais, como a ocorrência de um surto de doença ou de praga que se constitui numa ameaça à nossa produção.

Significa que o nosso sistema vai manter-se permanentemente em alerta e contribuir efetivamente para o sucesso da Adapar. Este encontro tem, portanto, um grande peso em face dos assuntos que serão tratados e que são vitais para a nossa economia.

Porto

Aproveitando a presença do superintendente do Porto de Paranaguá, Luiz Henrique Dividino, a quem agradeço a presença, anuncio aos membros das comissões que é intenção da FAEP promover uma série de visitas ao Porto, para que possam avaliar os problemas que os embarcadores enfrentam e as providências que a superintendência da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) está adotando para recuperar o nosso principal escoadouro.

Quero agradecer nossos palestrantes por terem aceito nosso convite. Nossos convidados das entidades ligadas ao agro-negócio. E às autoridades aqui presentes.

Agradeço, igualmente, a todos os membros das comissões que hoje acorrem a este evento, imbuídos que estão da responsabilidade que lhes é conferida.

Que tenhamos um bom dia de trabalho.

Muito obrigado.

Quero reafirmar que as Comissões Técnicas nos dão rumo para decisões importantes em política agrícola e embasam nossas posições. Por isso são indispensáveis numa gestão democrática e ampla.



Fernando Santos

Ele considerou a palestra do economista Alexandre M. de Barros, que, a pedido da FAEP, elaborou um estudo sobre a importância de uma política para o seguro agrícola, “uma verdadeira aula”.

Beto Richa: “aula de seguro”

“O governo do Paraná é persistente em estar alinhado ao setor produtivo, ouvindo e atuando dentro das suas expectativas”, disse o governador Beto Richa no evento das Comissões da FAEP.

Ele considerou a palestra do economista Alexandre Mendonça de Barros, que, a pedido da FAEP, elaborou um estudo sobre a importância de uma política para o seguro agrícola, “uma verdadeira aula”.

“Nesta exposição tivemos a visão clara, que se um dos atores não fizer a sua parte o estrago é grande. E o Paraná sofreu nos últimos anos pela omissão do governo.

Temos a ciência de que desenvolver uma política efetiva para o seguro rural é competência do governo federal, mas temos a responsabilidade como governo estadual de compartilhar com esta política, pois reconhecemos que a agricultura é uma força econômica do nosso Estado”, afirmou.

O governador lembrou que neste ano haverá uma ‘safra’ de milho e não uma safrinha como é chamada pelos produtores. E deu “Graças a Deus”, porque acredita que esta colheita vai repor um pouco das perdas dos produtores com a seca que afetou a produção de soja.

Além de contribuir para melhorar a política de seguro agrícola no Paraná Richa assegurou que o governo está reestruturando a importância e atuação do Iapar, que já foi um referência nacional em pesquisa no setor agrícola. “Também estamos investindo na Emater, que terá uma atuação junto aos municípios para ampliar e expandir a assistência técnica em nosso Estado”.

E abordou a criação da Adapar como um impulso para que o Paraná avance na questão da sanidade e consigamos conquistar o status de área livre da febre aftosa abrindo novos mercados para exportação e vendas dos nossos produtos.

O presidente da Faep, Ágide Meneguette, disse que o governo estadual tem sido um importante parceiro para o crescimento e consolidação das políticas agrícolas no Paraná. Ele lembrou que a agricultura é uma atividade suscetível a problemas como granizo, seca, geada, pragas e variações cambiais, o que torna fundamental contar com a proteção do seguro rural.

“O Paraná se fortalece para assegurar ao produtor renda e condições consistentes de crescimento. É importante haver um governo compromissado com esses investimentos”, disse ele. Segundo Meneguette, a intenção é que o Brasil tenha índices semelhantes a países de Primeiro Mundo, como o Estados Unidos, que tem 110 milhões de hectares com seguro rural.

O testemunho de José Carlos Vaz (*)

“É motivadora a determinação do presidente da FAEP em defender a agricultura e os interesses do agronegócio do Paraná, como é motivador também a defesa que a FAEP vem fazendo em relação ao seguro agrícola. Assim como é visionária a defesa da instituição em relação à estrutura de logística do Estado”.

“O Ministro Mendes Ribeiro Filho reafirma que este, sem dúvida, é o Plano Safra 2012/2013 mais democrático porque ouviu e acatou as reivindicações apresentadas pelos setores envolvidos. A exemplo das contribuições feitas pela FAEP e Ocepar. Isto aconteceu mais em consequência da força destas instituições, que representam os produtores, e dos argumentos técnicos apresentados”.

“Um dos grandes objetivos deste Plano Agrícola é melhorar a garantia de renda do produtor rural e diminuir a volatilidade do setor”.

“Em relação à diminuição da volatilidade do setor está a ampliação da área agrícola segurada, que passará em 2013 de 10 milhões de hectares para 15 mi-



Fernando Santos

lhões de hectares. Também em 2013 conseguiremos oferecer um apoio diferenciado ao médio produtor rural envolvendo: crédito agrícola, assistência técnica e seguro rural”.

“Reconhecemos que a agricultura da região sul é muito afetada pelos países do Mercosul e precisamos discutir uma simetria de custos dos países vizinhos principalmente no que diz respeito a produção de leite e frutas. O Ministério conseguiu pela primeira vez impor cotas de importação de leite para a Argentina.

(*) *Secretário Executivo do Ministério da Agricultura*

“Em relação à diminuição da volatilidade do setor está a ampliação da área agrícola segurada, que passará em 2013 de 10 milhões de hectares para 15 milhões de hectares”.



Fernando Santos

Para a safra 2012/2013, serão colocados à disposição dos produtores rurais R\$ 8 milhões – R\$ 4,5 milhões a mais do que o valor disponível nos anos anteriores.

Norberto Ortigara: política duradoura

Na safra 2010/11 o governo estadual anunciou um pagamento de 15% do prêmio para a cultura do trigo. Nos próximos dias, segundo Norberto Ortigara, secretário da Agricultura, “vamos oferecer um seguro safra para o agricultor familiar e ainda uma Bolsa Estiagem, para aqueles agricultores que não tinham nenhum tipo de seguro”. Para a safra 2012/2013, serão colocados à disposição dos produtores rurais R\$ 8 milhões – R\$ 4,5 milhões a mais do que o valor disponível nos anos anteriores. Os recursos

complementarão a parcela da União no pagamento do prêmio do seguro, reduzindo a parte que cabe ao produtor.

A intenção é ampliar gradativamente a subvenção financeira no pagamento do prêmio, cujos recursos vêm de três fontes. No caso do trigo, o governo federal cobre 70% do valor, enquanto o governo do Estado – Estado pioneiro em lançar o seguro agrícola para o trigo – garante mais 15% de subvenção, ficando 15% por conta do produtor.

A mesma fórmula será adotada para o milho safrinha (70% do governo federal, 15% do Estado e 15% do produtor). Para as lavouras de café, a participação do Estado será de 30% do valor do prêmio. Com isso, a parcela que caberá ao produtor será também de 30%, já que o governo federal subsidia 40% do seguro. O governo federal cobre 40% do prêmio para o café e 70% para o milho. Até agora, a parcela restante cabe apenas ao produtor, que passará a receber subvenção do Estado. O governo federal ofertará R\$ 400 milhões para seguro na safra de verão.

A expectativa é que, com a ampliação dos recursos estaduais, o número de produtores assegurados no Estado passe dos atuais 1,6 mil para 8 mil por ano.

“Mas precisamos avançar para uma política persistente e duradoura. Faz muito pouco tempo que o Brasil entrou no ramo do seguro agrícola. É sem dúvida uma decisão política. Neste sentido o governo do Estado vai ampliar sua presença em relação à subvenção do seguro rural”, lembrou Ortigara.

Devido às dimensões que uma quebra de safra agrícola causa na economia não só do

Estado, mas também dos pequenos municípios “precisamos ampliar este pacto e envolver também as prefeituras. Temos uma participação tímida, mas importante em relação ao seguro rural”.



Priscilla Biancarelli Nunes, economista do ESALQ-LOG

Projeto Jamaica

No Brasil o frete para se transportar uma tonelada de soja até o porto de embarque custa U\$ 78,00, enquanto nos Estados Unidos é de U\$ 18,00 e na Argentina U\$ 20,00. Somando-se outros custos, o transporte desse volume de soja alcança U\$ 84,00 contra U\$ 23,00 na Argentina, por exemplo. Como a cotação média FOB no porto de origem é de U\$ 399,00 a “pancada” causada pelo transporte é superior a 21%. Com esse quadro, a economista Priscilla Biancarelli Nunes, do ESALQ-LOG – Grupo de Pesquisa e Extensão em Logística Agroindustrial (USP) iniciou o detalhamento do “Projeto Jamaica”, contratado pela FAEP com apoio da Alcopar e Ocepar. No trabalho foi desenvolvido a simulação de custos do transporte do agronegócio, onde se constatou várias incoerências tarifárias e os malefícios da

existência, no Paraná, de um monopólio no transporte ferroviário.

Os detalhes desse estudo foram apresentados pelo BI 1183 e estão disponíveis no site <http://www.sistemafaep.org.br/>

Seguro Rural

O engenheiro-agrônomo e doutor em Economia Aplicada pela ESALQ/USP, Alexandre Mendonça de Barros demonstrou durante o Encontro das Comissões Técnicas da FAEP a “Importância do Seguro Agrícola na Economia Brasileira”. Desde 2006 o Paraná é o Estado com o maior número de produtores que recorrem ao seguro para se proteger dos riscos de perdas na produção. Mesmo assim são número ínfimos se comparados ao número de propriedades rurais existentes no Estado. A novidade para a safra 2012/2013 é a existência de R\$ 400 milhões do Plano Agrícola e Pecuário destinado a subvenção ao seguro rural. A expectativa é que a cobertura no país alcance 20% da área plantada.

O trabalho de Mendonça de Barros também está no site <http://www.sistemafaep.org.br/> e foi tema nos Boletins 1182 e 1183.



Desde 2006 o Paraná é o Estado com o maior número de produtores que recorrem ao seguro para se proteger dos riscos de perdas na produção.

Alexandre Mendonça de Barros, engenheiro-agrônomo e doutor em Economia Aplicada pela ESALQ/USP

As imagens das lideranças sindicais

Fotos: Fernando Santos e Lineu Filho





COMISSÕES DA FAEP

Fotos: Fernando Santos e Lineu Filho





Um Plano Estratégico para o Leite

Paraná tem 118 mil produtores de leite, mas 85% produz menos de 150 litros /dia

Na última terça-feira (17/07) a Comissão Técnica de Bovinocultura de Leite da FAEP reuniu 28 integrantes e produtores de leite de várias regiões do Estado para avaliar a proposta de um Plano Estratégico para a Pecuária Leiteira no Paraná.

As bases para a construção do Plano começaram a ser desenvolvidas em parceria entre a iniciativa privada e instituições governamentais que compõem o Fórum de Entidades Promotoras do Desenvolvimento do Agronegócio Paranaense. Nesta primeira fase participaram técnicos da FAEP, SENAR-PR, Seab, Emater, Ocepar e Sindileite resgatando as demandas dos setores da produção e indústria levantadas durante um diagnóstico do setor leiteiro feito em 2008 pela Emater e o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Na ocasião foram realizadas seis oficinas em regiões produtoras do Estado, contando com a presença de técnicos, produtores, indústrias, universidades e instituições de pesquisa, que traçaram um perfil do produtor de leite e do setor industrial paranaense. As oficinas identificaram a necessidade de se ter uma produção leiteira com qualidade e sanidade e uma política para a indústria, que acabasse com a ociosidade de 40% do parque instalado ao mesmo tempo gerando renda e sustentabilidade aos dois setores.

“Para solucionar estes problemas as instituições debateram e indicaram que a solução começaria a ser construída através de um choque de assistência técnica e capacitação dos produtores. Agora, numa segunda etapa o grupo de trabalho será ampliado com a participação de outras instituições envolvidas com o setor para continuidade da construção do Planejamento Estratégico. Estamos trabalhando para implantar um programa de qualidade do leite no Estado tanto para a produção como para a industrialização”, explica Ronei Volpi, superintendente



Fernando Santos

Comissão do Leite discutiu o plano estratégico para a pecuária leiteira do Paraná.

do SENAR-PR e presidente da Comissão de Bovinocultura de Leite da FAEP.

“Aumentando a produção com qualidade poderemos conquistar novos mercados, através de produtos de maior qualidade que melhor remunerem a indústria e consequentemente o produtor. O Paraná pode ser um dos principais abastecedores deste mercado e no médio prazo conquistar fatias do mercado externo”, diz.

As instituições envolvidas no Fórum estimam que os primeiros resultados práticos do Plano Estratégico para o setor leiteiro devem sair do papel no início de 2013. De acordo com uma pesquisa do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) de 2010, o Paraná tem 118 mil produtores de leite, sendo que 85% deste total produz menos de 150 litros/dia. Para manter a sustentabilidade econômica da atividade é preciso uma produção de pelo menos 300 litros/dia e uma renda líquida de dois salários mínimos”, finaliza Volpi.

Tributos, armazenagem, bancos

Os temas de debate na Comissão de grãos

Um debate sobre a tributação que incide em máquinas e equipamentos agrícolas e a realização de estudo para desvendar todos os tributos, comparando-os com as isenções que o governo federal aplicou para a linha branca e outros setores econômicos centrou a reunião da Comissão de Cereais, Fibras e Oleaginosas da FAEP. Presidida pelo produtor Ivo Arnt Filho, de Tibagi, e com a participação do economista Pedro Loyola, coordenador do DTE/FAEP, os trabalhos foram presididos pelo Diretor da FAEP, Livaldo Gemim, que expôs a importância dessa comissão, que subsidia a FAEP na elaboração de propostas de política agrícola e contribui com informações sobre os entraves da atividade.

Durante o encontro foi comunicado que a CONAB está visitando as propriedades que detêm armazéns com o objetivo de estabelecer um levantamento sobre a capacidade de armazenagem do Brasil. Este levantamento foi pedido pela FAEP, para que sejam verificadas, além da capacidade, as condições de armazenagem dos produtos agrícolas.

Outro tema tratado foi a venda casada de produtos bancários. O artifício está encarecendo os financiamentos agrícolas e os produtores reclamam das metas que as diretorias de bancos exigem dos gerentes. Geralmente tais metas são cumpridas com os clientes-produtores rurais mediante a venda casada de títulos de capitalização, consórcios e até aplicações financeiras, práticas proibidas por lei.

Além de debater sobre as principais medidas de mudanças na política agrícola, os membros solicitaram, que a FAEP cobre do governo federal a redução de taxa de juros dos financiamentos de operações contratadas antes de 1º de julho de 2012. Os produtores que têm linhas de financiamento de investimentos, custeios prorrogados e pré-custeios querem a equiparação dos juros de



Fernando Santos

Comissão de Cereais tratou da venda casada de produtos bancários aos agricultores.

seus contratos em consonância com a recente redução de juros anunciada no Plano Agrícola e Pecuário. A FAEP já encaminhou ofício ao governo federal. Veja a página 19.

Cafeicultura

A Comissão de Cafeicultura da FAEP, presidida por Walter Ferreira Lima, de Centenário do Sul, debateu o desenvolvimento do Plano de Reestruturação da Cafeicultura Paranaense, lançado recentemente pelo governo estadual através da Secretaria da Agricultura do Paraná, que teve a FAEP como um dos propositores. Além de discutir questões de mercado, comercialização e dificuldades da cadeia produtiva, os membros puderam expor ao Banco do Brasil as dificuldades de acesso ao crédito, solicitando maior agilidade na liberação de recursos das linhas de Funcafé. O banco se prontificou em atender as demandas e disponibilizar os financiamentos nas agências.

O rebanho de 6 milhões de bovinos de corte espalhados pelo Paraná precisa de um choque capaz de modernizar a atividade, que não vem acompanhando as técnicas mais modernas de produção de carne. Por isso, no último dia 16, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, anunciou o “Plano Diretor para a Bovinocultura de Corte”. O documento contém uma proposta para os agropecuaristas do Paraná que desejam diversificar suas propriedades, com atividades que propiciem o aumento da renda da propriedade, novos sistemas de produção como a integração Lavoura, Pecuária e Floresta, melhor capacitação técnica e gerencial do pecuarista e a utilização da linha de crédito do Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC).

A pedido do Sistema FAEP, o plano foi elaborado e apresentado pelo economista, Rogério Berger, com o objetivo de fortalecer a cadeia produtiva em todo o Estado. De acordo com ele, os pecuaristas precisam se reorganizar para melhorar a produtividade. Cumprir as exigências sanitárias, rastrear o rebanho, investir em capacitação profissional, assistência técnica, utilizar novas tecnologias de produção, estão entre as principais medidas do plano. “Com o apoio do governo podemos ampliar as linhas de crédito do ABC e também garantir e melhorar as ações de sanidade animal, através da Adapar. Para mudarmos o retrato da agropecuária, os produtores precisam se reorganizar e por meio dos sindicatos rurais podemos difundir as ações do plano no Estado”, justifica. O pecuarista deve mudar seu comportamento profissional ou terá que deixar a atividade. “Não vale mais o individualismo e sim a união da classe dos pecuaristas para produzir com eficiência, ampliar a lucratividade e atuar organizadamente para melhorar a comercialização da produção”, completa Berger. Segundo ele, o Paraná tem condições explorar e ganhar novos nichos de mercado

Arquivo



Somente nos últimos 10 anos, o rebanho de gado de corte encolheu 600 mil cabeças no Paraná

Para mudarmos o retrato da agropecuária, os produtores precisam se reorganizar e por meio dos sindicatos rurais podemos difundir as ações do plano no Estado.

AS MEDIDAS

Confira as principais etapas do plano:

Implantação (2012-2013)

- Encontros Regionais para Agropecuaristas;
- Capacitação Gerencial;
- Orientar a elaboração de viabilidade do Programa ABC;
- Formar grupos de pecuaristas;
- Operacionalizar cadastro dos pecuaristas;
- Apoiar visitas técnicas.

o para a boiada



Implantação (2013 -2014)

- Estruturar um Encontro Anual da Bovinocultura de Corte de abrangência estadual;
- Iniciar reuniões entre pecuaristas, indústria e mercados de varejo e consumidores;
- Articular mudanças na política tributária do Estado para o setor de carne bovina;
- Viabilizar a marca “Carne Paraná”.

A principal queixa dos produtores é a ausência de frigoríficos com certificação para a comercialização da carne bovina.

no Brasil e no exterior, mas, para isso, precisa investir em tecnologia e em qualificação para a produção. “Temos que buscar mais capacitação gerencial para produzirmos uma carne com qualidade, por isso é importante promover o treinamento e a qualificação dos pecuaristas”, observa. O incremento de produtividade passa pelo uso de ferramentas que estão presentes em todas as etapas do sistema de produção, da cria até a engorda intensiva.

Essas ferramentas fazem parte de diversos sistemas de manejos como:

- Manejo de pastagens, manejo sanitário e manejo reprodutivo.

Os gargalos

Com mais de 55 mil criadores de gado no Estado, segundo dados da Seab, os escassos investimentos resultaram em uma cadeia produtiva ultrapassada e contribuíram para a queda da renda dos pecuaristas paranaenses. Nos últimos cinco anos, a bovinocultura de corte do Paraná vem reduzindo seu efetivo em função do esgotamento do seu modelo de produção e manejo, perda da lucratividade em relação a outras atividades agrícolas como: produção de grãos, cana-de-açúcar e citricultura, entre outras. E somente nos últimos 10 anos, o rebanho de gado de corte encolheu 600 mil cabeças. Isso representa perdas de ativos de R\$ 800 milhões ao Estado.

A principal queixa dos produtores é a ausência de frigoríficos com certificação para a comercialização da carne bovina. Em todo o Estado há 79 unidades com Serviço de Inspeção do Paraná (SIP) e Serviço de Inspeção Federal (SIF). Desse total, apenas cinco unidades respondem por 50% dos abates. Os frigoríficos pertencem a grandes empresas, como o JBS-FRIBOI e MARFRIG. A estrutura de mercado do setor industrial é e sempre foi “oligopsônica”, isto é, poucos compradores que in-

A reunião da Comissão de Bovinocultura de Corte

O Plano proposto contém os mecanismos que o Sistema FAEP dispõe como: capacitação técnica e gerencial para o agropecuarista, facilitação para visitas técnicas e instrumentos para fomentar a organização dos produtores. Na prática, o SENAR-PR irá orientar o agropecuarista a fazer o plano acontecer.



Lineu Filho

fluenciam na formação do preço da arroba do boi que é pago aos pecuaristas. É a “ditadura do preço” dos frigoríficos, que, além disso, impõem o preço sem diferenciar a qualidade dos animais.

Na avaliação do pecuarista de Nova Cantu, Hemyl Rickli, a atividade está perdendo com a falta de estrutura adequada para o abate no Estado. “A nossa pecuária

está se modernizando lentamente e estamos deixando de exportar porque não temos um frigorífico com planta aprovada para fazer vendas externas. Além disso, estamos deixando de vender uma carne com qualidade”, compara, acrescentando que a indústria frigorífica manipula o preço do boi. “Como está na mão de poucos grupos, nós não temos opções”, lamenta.

O AUTOR

Rogério Berger é economista matemático, com pós-graduação em Planejamento e Análise de Projetos; CENDEC / IPEA e em Projetos Industriais. Banco Mundial, na França, Consultor de Empresas desde 1983 e Agropecuarista desde 1982. Ele prevê como estratégia inicial para implantar o Plano Diretor será trabalhar intensamente com o produtor na sua capacitação técnica, econômica e organizacional, a fim de inseri-lo na nova bovinocultura de corte, dando oportunidade de aumentar a sua lucratividade e de ser participativo na cadeia produtiva”. A bovinocultura de corte no Brasil e no Paraná, mesmo passando por um processo constante de intensificação e aumento da participação dos regimes de confinamento e semi-confinamento, “continuará sendo baseada na produção a pasto”, segundo Berger.



Fernando Santos

O presidente da FAEP, Ágide Meneguette, encaminhou ofício aos ministros da Agricultura, Fazenda, Planejamento e Casa Civil, além dos secretários de Política Agrícola e Executivo do Mapa, solicitando que as operações de crédito rural de investimentos, dos Programas do BNDES, de custeios prorrogados de safras anteriores e de pré-custeios contratadas antes de 1º de julho de 2012, tenham suas taxas equiparadas as reduções das taxas de juros publicadas no PAP 2012/13. Para justificar o pedido, Meneguette lembrou as operações de custeio e investimentos do crédito rural, vinculadas aos juros controlados, passaram a ser disponibilizadas, a partir de julho, a uma taxa de juros reduzida em 1,25 pontos percentuais, segundo o PAP 2012/2013

A taxa de juros do crédito rural, que nos últimos cinco anos foi mantida em 6,75% ao ano, apesar das reduções da taxa de juros básica Selic, passa a ser de 5,5% ao ano para operações contratadas após 1º de julho de 2012 para maioria dos programas. Em casos específicos como o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (ABC) a taxa foi reduzida para 5,0% ao ano.

“A redução da taxa de juros é um avanço significativo para os produtores rurais por melhorar o acesso ao crédito e permitir aumento nas contratações. A medida é de importância fundamental e contribui para a continuidade do crescimento da atividade agropecuária”, afirmou no documento.

Fernando Santos



Faep pede redução de juros nas operações de crédito rural

O objetivo são operações contratadas antes de 1º de julho

No entanto, as operações vigentes e contratadas antes de 1º de julho não foram contempladas. Em 2008, quando a taxa de juros do crédito rural passou de 8,75% para 6,75% ao ano, o Conselho Monetário Nacional (CMN) editou a Resolução nº 3.576 reduzindo os juros para operações de custeios prorrogados das safras 2003/04, 2004/05, 2005/06. No mesmo sentido a Resolução 3.575 do CMN reduziu as taxas de juros dos investimentos de programas como o Moderfrota e o Finame Agrícola Especial.

“A redução da taxa de juros das operações a vencer é uma forma de alinhar os saldos devedores dos produtores rurais à realidade da economia brasileira de redução da taxa de juros”, finalizou o presidente da FAEP.

AGRONEGÓCIO: 72% DAS EXPORTAÇÕES DO PR

No primeiro semestre de 2012, as exportações do agronegócio paranaense somaram US\$ 6,37 bilhões, um aumento de 5% relativamente ao mesmo período de 2011 (US\$ 6,08 bilhões). Este total representa 72% das exportações totais do Paraná e no entorno de 14% das exportações do agronegócio brasileiro (US\$ 44,77 bilhões). O saldo das exportações brasileiras do agronegócio no período analisado foi de US\$ 36,75 bilhões. É o que apontam os dados do agronegócio divulgados pela Secretaria de Relações Internacionais, do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).



Arquivo

Durante o Encontro das Comissões Técnicas no último dia 16, o presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, anunciou o retorno dos assuntos de Meio Ambiente à condição de Comissão, deixando de atuar apenas como Câmara Técnica. A medida está voltada para a aprovação definitiva do Código Florestal, prevista para outubro/novembro, o que fatalmente interferirá na legislação estadual. “A Comissão de Meio Ambiente atuará para que não se repita o que ocorreu com o antigo Código Florestal, excrescência que foi finalmente eliminada”, disse Meneguette.

Aliás, a comissão especial mista que analisa a Medida Provisória 571/12 que complementa o novo Código Florestal (Lei 12.651/12) aprovou por 16 votos a favor e 4 obstruções o relatório do senador Luiz Henrique. A decisão não encerra a discussão, porque os parlamentares ainda precisam votar os 343 destaques apresentados que podem alterar o conteúdo. A análise dos destaques será feita entre os dias 7 e 9 de agosto, único período durante o período eleitoral em que deputados e senadores estarão no Congresso Nacional. Após a aprovação na Comissão mista, a MP deverá ser submetida ao plenário da Câmara. O texto ainda terá de receber o aval do Senado para então ser encaminhada à sanção presidencial. A MP deve passar pelas duas Casas até outubro ou perde a eficácia o que deixaria vácuos na legislação.

As definições sobre APPs consolidadas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes continuam com as seguintes dimensões

Nos imóveis rurais que possuam áreas consolidadas em APP no entorno de nascentes será obrigatória a recuperação do raio mínimo de:

5 m para imóveis com até 1 módulo fiscal

8 m para imóveis entre 1 e 2 módulos fiscais

15 m para imóveis com mais de 2 módulos fiscais

Arquivo

De olho no Me

Objetivo é avaliar os reflexos do Código na legislação

Por Carla Beck- FAEP / DTE – carla.beck@faep.com.br



io Ambiente

estadual



Senador Luiz Henrique: Presidente da Comissão do Código Florestal

Agência Brasil

Mudanças

O relatório alterou o artigo 1º da MP onde estão descritos os princípios que regem o novo Código Florestal. Foram acrescentados a este artigo itens como a reafirmação da importância da função estratégica da atividade agropecuária e o papel das florestas na sustentabilidade, no crescimento econômico, na melhoria da qualidade de vida da população brasileira e

na presença do País nos mercados nacional e internacional de alimentos e bioenergia.

O relatório manteve a exigência de recuperação da mata ciliar nas médias propriedades (4 a 10 módulos fiscais). Várias emendas solicitavam a redução dessa faixa para 15 metros, mas o relator concordou apenas que ela não poderá ocupar mais do que 25% da propriedade. A redação original previa a “recuperação integral” nesses imóveis.

Outra mudança foi no artigo que trata do cômputo das Áreas de Preservação Permanente (APPs) no cálculo da Reserva Legal. Houve alteração da redação para esclarecer que a soma da vegetação na Amazônia Legal não poderá ultrapassar 80% do tamanho do imóvel. Nos outros biomas o cômputo não poderá ser superior a 50% da propriedade. O cômputo continua válido para as modalidades de regeneração e recomposição, ficando a

Propriedade	Recomposição obrigatória das margens dos rios		Somada as APPs, a exigência de recuperação não deve ultrapassar
	Menos de 10m	Mais de 10m	
De 0 a 1 módulo fiscal	5 metros	5 metros	10%
De 1 a 2 módulos fiscais	8 metros	8 metros	10%
De 2 a 4 módulos fiscais	15 metros	15 metros	20%
De 4 a 10 módulos fiscais	20 metros	Metade da largura do rio sendo o mínimo 30 e máximo 100 m	25%
Mais 10 módulos fiscais	30 metros	Metade da largura do rio sendo o mínimo 30 e máximo 100 m	Recuperação integral



Arquivo

compensação condicionada à autorização do Sistema Nacional de Meio Ambiente.

A FAEP entende que ainda é necessário rever as questões relativas às áreas de várzea e piscicultura. Os dispositivos que tratam destas questões, além de impedir a prática da atividade em imóveis com mais de 15 módulos fiscais, proíbem a supressão de vegetação nativa para a construção de novos tanques e reservatórios para a piscicultura.

Um proprietário de um imóvel com mais de 15 módulos, por exemplo, não pode utilizar um hectare para a piscicultura na grande propriedade, porque o novo Código não permite. E nas propriedades com até 15 módulos, quem quiser construir um tanque escavado para a piscicultura acaba impedido, porque a prática da aquicultura é permitida, desde que não haja novas supressões de vegetação. Mas não há como construir um tanque novo sem a abertura de novas áreas.

Antes da votação, infelizmente, o relator retirou do parecer o dispositivo que previa a suspensão das exigências previstas nos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) assinados com o Ministério Público sob o amparo do antigo Código Florestal (Lei 4.771/65). Este dispositivo contemplaria vários produtores que estão nesta situação.

O IAP E O CAR

Em reunião com o presidente do IAP, Tarcísio Mossato Pinto, técnicos da FAEP esclareceram alguns pontos relativos ao Cadastro Ambiental Rural no Paraná. Segundo ele haverá alterações no decreto que regulamenta o SISLEG (Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Legal), sendo possível inclusive a criação de uma nova legislação estadual específica para o CAR. Segundo Mossato,

“pretendemos estabelecer parcerias com os Sindicatos. Prefeituras, Associações, Cooperativas e no prazo de um ano deveremos implantar o Cadastro”.

Um trinômio será estabelecido pelo IAP nas questões ambientais: o CAR, o Programa de Regularização Ambiental, ambos integrados ao BioClima, que trata entre outros temas do pagamento por serviços ambientais.

O CAR é um registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

O registro da Reserva Legal no CAR desobriga a averbação no Cartório de Registro de Imóveis.



28 de julho
Dia do Agricultor
A homenagem da FAEP

Mesmo com as sombras da crise econômica mundial começando a ameaçar o Brasil, o setor produtivo rural continua a ser o grande alicerce que mantém mesas fartas, a inflação sob controle e oferece os maiores dividendos na balança comercial do país.

Aliás, o agronegócio paranaense exportou mais de US\$ 6,3 bilhões no primeiro semestre deste ano, ou 72% das exportações totais do Paraná e 14% das exportações brasileiras. O complexo soja, carnes, produtos florestais, sucroenergéticos e café formam esse mosaico desenhado no campo e embarcado em Paranaguá.

Somos menos de 15% entre os 200 milhões de brasileiros e na história econômica recente desta Nação – como disse o ex-primeiro ministro britânico, Winston Churchill – “nunca tantos deveram tanto a tão poucos”.

Anônimos na sua imensa maioria, construíram com seu esforço e de suas famílias um Estado lastreado na agronegócio. Os espaços disponíveis em nosso território estão praticamente ocupados, nossos objetivos, agora, devem se voltar à tecnologia, à qualificação e a modernidade das propriedades.

Neste dia 28 de julho comemoramos o “Dia do Agricultor” e esta Federação da Agricultura do Estado do Paraná tem justos motivos para se sentir honrada e orgulhosa em homenagear a todos os produtores rurais do nosso Estado.

A todos meu forte abraço.

Ágide Meneguette, Presidente do Sistema FAEP

Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Paraná - CONSELEITE-PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 07/2012

A diretoria do Conseleite-Paraná reunida no dia 17 de Julho de 2012 na sede FAEP na cidade de Curitiba, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprova e divulga os valores de referência para a matéria-prima leite realizados em Junho de 2012 e a projeção dos valores de referência para o mês de Julho de 2012, calculados por metodologia definida pelo Conseleite-Paraná, a partir dos preços médios e do mix de comercialização dos derivados lácteos praticados pelas empresas participantes. Os valores de referência indicados nesta resolução correspondem a matéria-prima leite denominada “Leite CONSELEITE IN62”, que se refere ao leite analisado que contém 3% de gordura, 2,9% de proteína, 600 mil uc/ml de células somáticas e 600 mil uc/ml de contagem bacteriana.

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* – JUNHO/2012

Matéria-prima	Valores projetados em 19/junho/2012	Valores finais junho/2012	Diferença (final - projetado)
III Leite CONSELEITE IN62 **	0,6699	0,6733	0,0034

Observações: (*) Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite “posto propriedade”, o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está incluso Funrural de 2,3% a ser descontado do produtor rural. (**) Os valores de referência para o “Leite CONSELEITE IN62” corresponde ao valor da matéria-prima com 3% de gordura, 2,9% de proteína, 600 mil uc/ml de células somáticas e 600 mil uc/ml de contagem bacteriana.

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* JUNHO/2012 E PROJETADOS PARA JULHO/2012

Matéria-prima	Valores finais junho/2012	Valores projetados julho/2012	Diferença (Projetado - final)
III Leite CONSELEITE IN62 **	0,6733	0,6743	0,0010

Observações: (*) Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite “posto propriedade”, o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está incluso Funrural de 2,3% a ser descontado do produtor rural. (**) Os valores de referência para o “Leite CONSELEITE IN62” correspondem ao valor da matéria-prima com 3% de gordura, 2,9% de proteína, 600 mil uc/ml de células somáticas e 600 mil uc/ml de contagem bacteriana.

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de Julho de 2012 é de R\$ 1,3559/litro. Visando apoiar políticas de pagamento da matéria-prima leite conforme a qualidade, o Conseleite Paraná disponibiliza um simulador para o cálculo de valores de referência para o leite analisado em função de seus teores de gordura, proteína, contagem de células somáticas e contagem bacteriana. O simulador está disponível no seguinte endereço eletrônico: www.sistemafaep.org.br/conseleite

Curitiba, 19 de junho de 2012

WILSON THIESEN Presidente

RONEI VOLPI Vice-Presidente

Sitiados pela burocracia

A avalanche de leis e a “Casa em Ordem” da FAEP

A **população urbana imagina** que homens e mulheres do campo estão livres da burocracia. Ao contrário, para exercerem suas atividades o produtor rural está sitiado por uma avalanche de legislações que começa com a função social da propriedade e se esparrama nas áreas agrária, tributária, previdenciária, trabalhista, ambientais e sanitárias, que somam milhares.

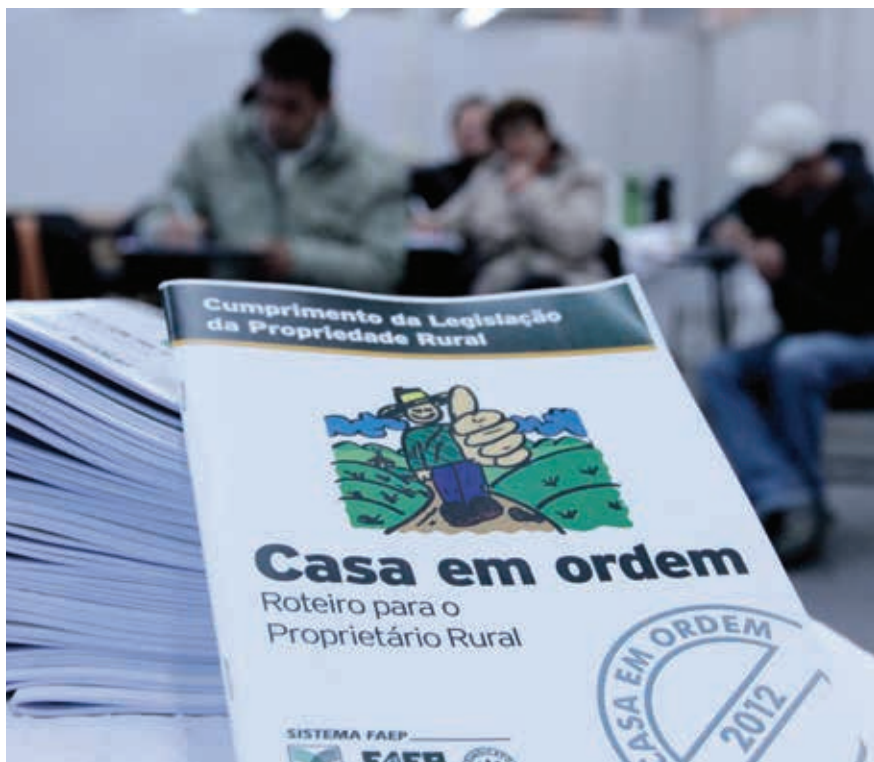
Para enfrentar essa infernal parafernália burocrática, que impera no Brasil desde sua colonização e a cada dia aumenta mais, a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) disponibiliza através do Departamento Sindical, uma cartilha e a palestra “Casa em ordem”, que tem o objetivo de orientar e informar o produtor sobre esta vasta legislação (busque informações em seu Sindicato).

“Nos encontros que temos participado, o tema que mais aflige o produtor rural é a legislação ambiental, ainda em discussão no Congresso Nacional (veja pgs 20 e 21) e deixa o produtor sem segurança jurídica”, afirma o coordenador do Departamento Sindical, José Carlos Gabardo.

De acordo com Gabardo o produtor também demonstra muito desconhecimento nas áreas das legislações previdenciária e trabalhista. A palestra Casa em Ordem foi criada em 2003 e atingiu a casa 1.207 de eventos realizados. “Com esta ferramenta colocamos toda a estrutura de técnicos e especialistas da FAEP à disposição do produtor rural para orientá-lo e informá-lo”, diz.

Parceria Emater

Para ampliar a divulgação dessas informações no meio rural o SENAR-PR e o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-PR) formalizaram uma parceria e estão oferecendo para um grupo de 340 extensionistas o Programa Empreendedor Rural (PER), que inclui a palestra Casa em Ordem.



Fernando Santos

“Nos encontros que temos participado, o tema que mais aflige o produtor rural é a legislação ambiental, ainda em discussão no Congresso Nacional (veja pgs 20 e 21) e deixa o produtor sem segurança jurídica.”

Ao todo são 17 turmas no Estado nas cidades: Pato Branco, Campo Mourão, Ponta Grossa, Cianorte, Umuarama, Francisco Beltrão, União da Vitória, Londrina, Apucarana, Maringá, Cascavel, Toledo, Paranavaí, Paranaguá, Cornélio Procópio, Guarapuava e Irati, reunindo extensionistas dos municípios vizinhos a estas cidades-polo.

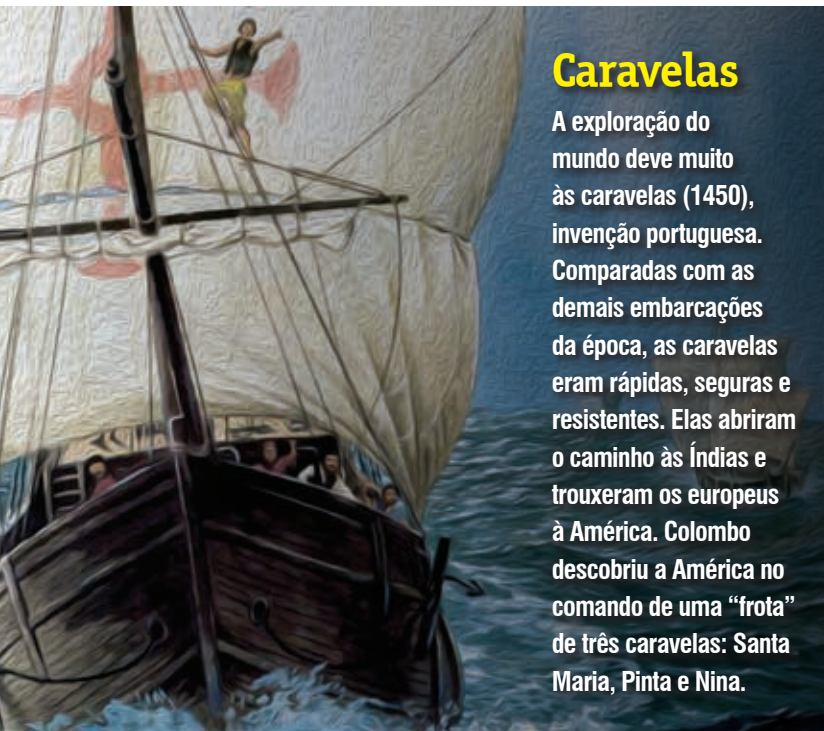
“Nosso objetivo é qualificar o extensionista em um tema muito importante - o planejamento e a gestão da propriedade. Queremos também facilitar a atuação do técnico com o produtor que já fez o Empreendedor dando continuidade ao trabalho lá na propriedade”, comenta o presidente da Emater, Rubens Niederheitmann.

Niederheitmann destaca no PER o desenvolvimento de lideranças e a transformação da visão do produtor rural em relação a sua propriedade. “Depois do programa o produtor passa a enxergar sua propriedade como uma empresa rural, que deve que ser planejada e rentável”, finaliza.



Atchim!!!

Por que a gente espirra com pimenta no nariz? Porque as pimentas possuem uma substância química conhecida como piperina. Ao entrar em contato com o nariz, a piperina estimula as terminações nervosas da mucosa interna, causando espirros. É como se o nariz quisesse, de alguma forma, expulsar aquele reagente estranho e, para ele, a única forma de fazer isso é nos fazendo espirrar.



Caravelas

A exploração do mundo deve muito às caravelas (1450), invenção portuguesa. Comparadas com as demais embarcações da época, as caravelas eram rápidas, seguras e resistentes. Elas abriram o caminho às Índias e trouxeram os europeus à América. Colombo descobriu a América no comando de uma “frota” de três caravelas: Santa Maria, Pinta e Nina.

Outras do ENEM

- ✓ Quando os egípcios viam a morte chegando, se disfarçavam de múmia.
- ✓ O sul foi colocado embaixo do norte, pois é mais cômodo.
- ✓ Os escravos dos romanos eram fabricados na África, mas não eram de boa qualidade.
- ✓ Na idade média os tratores eram puxados por bois, pois não tinham gasolina.
- ✓ A baleia é um peixe mamífero encontrado em abundância nos nossos rios.
- ✓ Quando dois átomos se encontram, dá a maior merda.
- ✓ Parasitismo é o fato de um não trabalhar e vive dando ‘mordidas’ nos outros, de dinheiro, cigarros e outros bens materiais.
- ✓ A terra é um dos planetas mais conhecidos e habitados no mundo.

Conservadas

A campainha toca na casa de um camarada muito pão-duro. Quando ele atende dá de cara com duas freiras pedindo donativos.

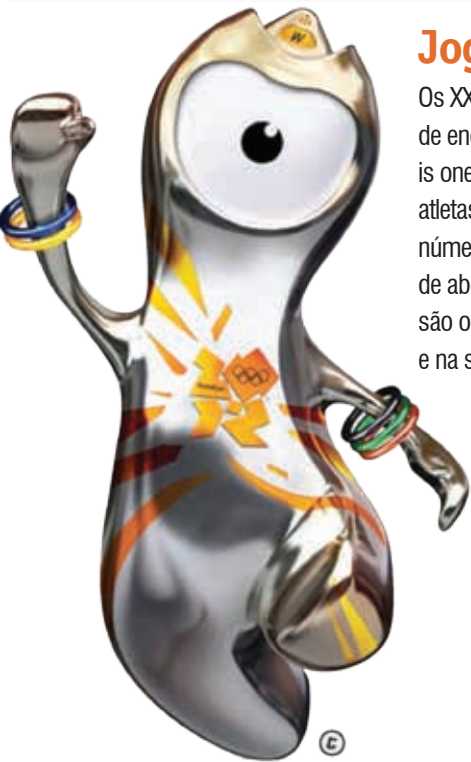
- Meu filho, nós somos irmãs de Cristo e ele...
- Nossa!!! Como vocês estão conservadas!!!



Sugestão

Se você ganhar na loteria experimente o “Caviar Almas”. É um raro caviar iraniano, vendido em embalagens de ouro 24 quilates e confeccionadas pela joalheria Cartier. Ele é tão caro porque o esturjão-branco leva 25 anos para amadurecer e produzir ovos. Preço: R\$ 360 mil/kg.





Jogos de Londres

Os XXX Jogos Olímpicos serão abertos dia 27 de julho e a cerimônia de encerramento será em 12 de agosto. O lema dos jogos será “Live is one” (“Viva como se fosse o único”). O Brasil deverá levar 259 atletas (136 homens e 123 mulheres) em 32 modalidades, mesmo número que participou nos jogos de Pequim, em 2008. Na cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos os atletas da delegação da Grécia são os primeiros a desfilar. Logo após vem os atletas do país sede e na sequência os dos outros países em ordem alfabética.

Formigão

Originária do Maranhão a “Dinoponera gigantea”, é considerada como uma das maiores senão a maior formiga operária conhecida no mundo. Tem três centímetros, é extremamente venenosa e utiliza seu veneno para imobilizar e matar pequenos insetos rastejantes, pequenos répteis e até ratos. O curioso é que em sua colônia não existe uma formiga que nasce com a função de ser rainha. A ordem de hierarquia é definida depois de uma luta entre algumas obreiras. A vencedora torna-se, automaticamente, rainha.

Chocolate letal

Há um composto químico no cacau chamado teobromina, semelhante à cafeína, que é extremamente tóxico aos cães quando ingerido em certa quantidade (100 a 150 ml por quilo do cachorro). Cada tipo de chocolate detém uma quantidade diferente de teobromina.



Joaninhas

A coloração vermelha com pintinhas pretas carregada nas “costas” das joaninhas, é um aviso aos pássaros, seus inimigos naturais, algo como “mantenha distância, temos um gosto muito ruim”. Além de bonitinhas, são extremamente benéficas, pois se alimentam de pulgões que sugam a seiva das plantas.



Rui Barbosa

Diz a lenda que Rui Barbosa, ao chegar em casa, ouviu um barulho estranho vindo do seu quintal. Foi averiguar e constatou haver um ladrão tentando levar seus patos de criação. Aproximou-se vagarosamente do indivíduo e, surpreendendo-o ao tentar pular o muro com seus patos, disse-lhe: - Oh, bucéfalo anácrono!... Não o interpelo pelo valor intrínseco dos bípedes palmípedes, mas sim pelo ato vil e sorrateiro de profanares o recôndito da minha habitação, levando meus ovíparos à sorrelfa e à socapa. Se fazes isso por necessidade, transijo; mas se é para zombares da minha elevada prosopopéia de cidadão digno e honrado, dar-te-ei com minha bengala fosfórica, bem no alto da tua sinagoga, e o farei com tal ímpeto que te reduzirei à quinquagésima potência que o vulgo denomina nada. E o ladrão, confuso, diz: - Dotô, resumino... Eu levo ou dêxo os pato?





CURSOS

São José da Boa Vista



Posse

No dia 23 de junho tomou posse a diretoria eleita do Sindicato Rural de São José da Boa Vista. Foi eleito como presidente Jasson Geraldo da Silva, vice-presidente Vitorino Custodio da Silva e como tesoureiro Francisco Domingues Lopes. Esta diretoria fica no cargo até 29 de junho de 2015.

Altônia



Inclusão Digital

O Sindicato Rural de Altônia em parceria com a Prefeitura de Altônia realizou no período de 23 a 25 de maio o curso de Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris – inclusão digital – avançado 24 h. O grupo, com 13 participantes, a maioria produtoras rurais, teve como instrutor Clóvis Michelim Biasuz.

Maria Helena



Inclusão Digital

O Sindicato Rural de Maria Helena, em parceria com a Escola Estadual de Carbonera, realizou nos dias 12 e 13 de junho o curso de Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris Inclusão Digital – 16 horas nível básico. O objetivo foi oferecer conhecimento aos produtores rurais para utilizar o computador, acessar a internet e buscar informações para obter melhores resultados na gestão de seus negócios. O instrutor do grupo de 12 participantes foi Clóvis Palozi.

São João do Ivaí



Mulher Atual

O Sindicato Rural de São João do Ivaí organizou duas turmas do Programa Mulher Atual na sua base territorial. O primeiro foi no município de Lunardelli com a instrutora Alana de Paula Mello Mamus. O grupo encerrou suas atividades no dia 15 de maio. A segunda turma de São João do Ivaí teve como instrutora Elaine Angélica Gasparello. O grupo de São João do Ivaí visitou a Creche Vovó Barbara onde realizou a ação social. Este grupo encerrou os trabalhos no dia 31 de maio.

Teixeira Soares



Mulher Atual

O Sindicato Rural de Teixeira Soares promoveu nos meses de março à maio mais uma turma do Programa Mulher Atual com a instrutora Caren Kelli Jenczmionki. As aulas aconteceram na comunidade de Faxinal dos Mineiros. No encerramento estiveram presentes a mobilizadora Mirian e a presidente do Sindicato de Teixeira Soares, Lisiane Rocha Czech.

Cascavel



Desenvolvimento Comportamental

Um grupo de 14 mulheres - a maioria líderes de comunidades rurais - está participando, em Cascavel, do curso Gestão de Pessoas - Desenvolvimento Comportamental. O curso com 128 horas-aula começou em maio e vai até novembro com o objetivo de potencializar a gestão das competências individuais e institucionais das participantes. O curso está sendo realizado pelo Sindicato Rural de Cascavel com o instrutor Luiz Antônio Tiradentes.

Palotina



Operação de colhedoras

O Sindicato Rural de Palotina realizou nos dias 21 e 22 de maio, no Auditório do sindicato o curso de Trabalhador na Operação e na Manutenção de Colhedoras Automotrizes. Participaram 15 produtores e trabalhadores rurais, como o instrutor o Alcione José Ristof.

Cornélio Procópio



Operação de colhedoras

O Sindicato Rural de Cornélio Procópio realizou o curso de Trabalhadores na Operação e Manutenção de Colhedoras Automotrizes da linha New Holland. O curso aconteceu na Fazenda Vera Cruz, no município de Leópolis, para 16 trabalhadores, residentes e vinculados à própria propriedade. O objetivo foi empregar técnicas corretas na operação, regulagem e manutenção de colhedoras. O curso foi ministrado pelo instrutor Adelar Cagnini.



CURSOS SENAR-PR

Pitanga



Mulher Atual

Em parceria com a Cooperativa de Crédito Rural de Pitanga (Cresol), o Sindicato Rural de Pitanga concluiu no dia 27 de julho mais uma turma do Programa Mulher Atual. O grupo iniciou as aulas em 16 de março, com 20 participantes e teve como instrutora Alana Paula de Melo Mamus. O curso está sendo realizado no Salão da Igreja de Pitanga.

Maringá



Conservas, molhos e temperos

Nos dias 18 e 19 de Junho o Sindicato Rural de Maringá, através de sua Extensão de Base de Itambé, juntamente com as moradoras da Vila Rural Luiz Ursulino, realizou o curso de Produção Artesanal de Alimentos – conservação de frutas e hortaliças – conservas, molhos e temperos – ministrado pelo instrutor Sérgio Kazuo Kawakami. O curso contou com a participação de 15 participantes.

São João



Mulher Atual

O Sindicato Rural de São João encerrou no dia 28 de maio mais uma turma do Programa Mulher Atual. O curso com duração de 80 horas trabalha temas como: auto-estima, comunicação, família, cidadania, liderança, beleza e saúde. Uma das atividades realizada foi a palestra com a doutora Andréia Gessi Nunes sobre câncer de pele e automedicação.

Ortigueira



Transporte Coletivo

O Sindicato Rural de Ortigueira em parceria com o Serviço Social do Transporte (SEST) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT) realizou o curso de Transporte Coletivo de Passageiros. O curso com 40 horas aconteceu entre os dias 18 e 22 junho na sede do sindicato e contou com a presença 21 participantes. O instrutor do grupo foi Geraldo Camargo.

Lembram dele? O Fundo 157

Milhões de brasileiros que declararam Imposto de Renda entre 1967 e 1983 têm uma bolada a receber, mas se esqueceram de correr atrás do dinheiro. Criados para estimular o mercado de capitais no Brasil, os fundos 157 têm cerca de R\$ 1,5 bilhão até agora não resgatados. De acordo com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), essas aplicações somavam 3.553.431 cotas em um montante de R\$ 1.493.589.778,86. Como um aplicador pode ter mais de uma cota, a CVM não sabe o número exato de contribuintes com direito ao benefício.

Os fundos 157 permitiam a destinação de parte do Imposto de Renda devido para cotas de fundos administrados por instituições financeiras de livre escolha do contribuinte.

Em seu site (<http://www.cvm.gov.br/>), a CVM oferece a consulta em relação aos fundos 157. Basta o aplicador digitar o CPF para encontrar uma relação com o antigo e o atual administrador dos recursos.



Arnauld Alves - ANPR

Dragagem do Canal da Galheta

A dragagem dos pontos críticos do Canal da Galheta, que dá acesso ao Porto de Paranaguá, começou quarta-feira (18/07). Com a dragagem, a profundidade do Canal da Galheta será restabelecida em 15 metros, possibilitando a atracação de navios maiores e contribuindo para a segurança da navegação. Hoje, há pontos com 13,10 metros de profundidade. Segundo o superintendente dos portos paranaenses, Luiz Henrique Dividino, o trabalho foi iniciado nas proximidades das bóias 3 e 4, nas imediações da Ilha do Mel. “A dragagem começa a ser feita no que chamamos de Canal da Galheta externo, onde existe uma curva que precisa ser retificada e hoje é a área mais crítica, onde o volume a ser dragado é maior”, afirmou.

A draga opera 24 horas por dia com 32 tripulantes, sendo 12 brasileiros. A distância entre a área a ser dragada neste primeiro momento e a área de despejo do material retirado do fundo do canal é de duas horas, aproximadamente. O equipamento fará de cinco a seis viagens por dia.



Av. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar
CEP 80010-010 | Curitiba | Paraná
Fone: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124
www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente

Ágide Meneguette

Vice-Presidentes

Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso

Diretores Secretários

Livaldo Germin e Lisiane Rocha Czech

Diretores Financeiros

João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti

Conselho Fiscal

Sebastião Olímpio Santaroza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro

Delegados Representantes

Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana



SENAR - Administração Regional do Estado do PR

Av. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar
CEP 80010-010 | Curitiba | Paraná
Fone: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779
www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo

Presidente: Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos:

Ademir Mueller - FETAEP; Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal:

Sebastião Olímpio Santaroza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida

Superintendência:

Ronei Volpi



Coordenação de Comunicação Social:

Cynthia Calderon

Editor:

Hélio Teixeira

Redação:

Angelo Binder, Hemely Cardoso, Katia Santos

Diagramação, Ilustração e Projeto Gráfico:

Alexandre Prado

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Agora é assim...

Na escola João não fica quieto na aula, perturbando os colegas

Ano 1959

É mandado à sala da diretoria, fica parado esperando uma hora, vem o diretor, lhe dá uma bronca descomunal, umas reguadas nas mãos e volta tranquilo à classe. Esconde o fato dos pais com medo de apanhar mais. Pronto.

Ano 2012

É mandado ao departamento de psiquiatria, onde recebo o diagnóstico hiperativo, com transtornos de ansiedade e déficit de atenção em ADD. O psiquiatra receita Rivotril. Transforma-se num zumbi. Os pais reivindicam uma subvenção por ter um filho incapaz e processam o colégio.

Assédio

Ano 1959

A colega bem nutrida recebe uma cantada de Ricardo. Ela reclama, faz charminho mas fica envaidecida, saem para jantar, namoram e se casam.

Ano 2012

Ricardo admira os contornos da colega curvilínea. Ela o processa por assédio sexual, ele é condenado a prestar serviços comunitários. Ela recebe indenização, terapia e proteção paga pelo Estado.

Saúde

Ano 1959

Quando ficávamos doentes, íamos ao INPS aguardávamos 2 horas para sermos atendidos, não pagávamos nada, tomávamos os remédios e melhorávamos.

Ano 2012

Pagamos uma fortuna por plano de saúde. Quando fazemos uma distensão muscular, conseguimos uma consulta VIP para daqui a 3 meses, o médico ortopedista vê uma pintinha no nosso nariz, acha que é câncer, nos indica um dermatologista que pede uma biópsia, e também indica um amigo oftalmologista. Fazemos quimioterapia, usamos óculos e depois de dois anos melhoramos da distensão muscular.

Fim das férias

Ano 1959

Depois de passar férias com toda a família enfiados num Gordini ou Fusca, é hora de voltar após 15 dias de sol na praia. No dia seguinte se trabalha e tudo bem.

Ano 2012

Depois de voltar de Cancun, numa viagem 'all inclusive', terminam as férias e a gente sofre da síndrome do abandono, "panic attack", e ainda precisa de mais 15 dias de readaptação.

Horário de Verão

Ano 1959

Chega o dia de mudança de horário de inverno para horário de verão. Nada acontece.

Ano 2012

Chega o dia de mudança de horário de inverno para horário de verão. A gente sofre transtornos de sono, depressão, falta de apetite, nas mulheres aparece até celulite.

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___

Em ___/___/___

Responsável _____